

**O Ajuste Fiscal e a Expansão do Agronegócio sob a égide do Capital Financeiro**

Ilena Felipe Barros[[1]](#footnote-1)

Kleber Andolfato de Oliveira[[2]](#footnote-2)

##### GT 03: Posse, ocupação, propriedade privada da terra e regularização fundiária: diálogos sobre os instrumentos de dominação e concentração e as estratégias de democratização de terras.

**RESUMO**

O presente artigo discute o ajuste fiscal e a expansão do agronegócio num contexto de neoliberalismo e capital financeiro. A metodologia da pesquisa abrangeu estudo bibliográfico e pesquisa documental; como também estudos sobre agroecologia como uma alternativa de superação do capital no campo. No âmbito da pesquisa, constatou-se a gradativa redução dos recursos e dos investimentos nas políticas sociais, especialmente, na reforma agrária e agricultura familiar; resultando em desmonte, fragilização e ressignificação da presença do Estado nas políticas sociais. Ao debruçar-se sobre os dados, ficou nítido a prioridade do Governo Federal em investir na produção de *commodities* em detrimento da agricultura familiar e, consequentemente a consolidação do agrohidronegócio no Brasil.

Palavras-chave: ajuste fiscal; agronegócio; agroecologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte das análises desenvolvidas no âmbito da pesquisa“A política de reforma agrária no contexto do ajuste fiscal”, realizada pela autora, que está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e dos estudos desenvolvidos no Laboratório de Agroecologia, coordenado pelo autor, que faz parte do Centro Multidisciplinar, da Universidade Federal do Acre, funcionando no Campus Floresta em Cruzeiro do Sul/AC.

O objetivo é analisar as implicações do ajuste fiscal na efetivação da política de reforma agrária e a expansão do agronegócio; assim como reforçar a necessidade de investimento em políticas públicas de produção agroecológica. Para isso, foram realizados estudo do PPA 2016/2019, debruçando-se sobre os objetivos, metas e orçamento do Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária que realiza e materializa a Política de Reforma Agrária. Ressalta-se também, os estudos sobre agroecologia como uma alternativa para produção de alimentos saudáveis, a construção da soberania alimentar e o enfrentamento do capital no campo.

Dessa forma, os estudos evidenciaram que a política de reforma agrária sofreu uma série de modificações orçamentárias, redimensionando metas, projetos e programas executados para as populações rurais. Isso, expressa o ajuste fiscal sobre as políticas sociais, desmontando os serviços públicos e precarizando a vida do povo no campo brasileiro. Por outro lado, o ajuste articula-se com as estratégias de expansão e consolidação do agrohidronegócio, que se apropria dos bens da natureza, deixando um lastro de desigualdades sociais e fome.

DESENVOLVIMENTO

Para analisar os impactos do ajuste fiscal sobre as políticas sociais, especialmente na política de reforma agrária, faz-se necessário debruçar-se, mesmo que de forma breve, sobre a crise estrutural do capital e seus impactos destrutivos sobre a realidade brasileira, percebendo as contradições do desenvolvimento capitalista, na sua fase de financeirização.

Desde o acordo de Bretton Woods, a economia global vem se transformando e impactando os países pobres, dado os parâmetros de acumulação do capital e exploração da força de trabalho e dos recursos naturais impostos ao desenvolvimento dos países pobres. Essa expansão da política econômica global tem intensificado o aumento da dívida externa dos países que contraíram empréstimos com os organismos multilateriais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), como argumento para auxiliar no desenvolvimento interno. Daí, o ajuste fiscal foi atribuído para amenizar a dívida pública, minando as políticas setoriais, o fundo público e a prioridade em privatização de empresas estatais, propiciando a avanço do capital internacional.

[...] No contexto da financeirização do capitalismo, da hegemonia do capital portador de juros com apoio dos Estados nacionais, e de crise estrutural desse modo de produção e reprodução social, a dívida pública se torna um mecanismo fundamental de punção da riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos, por meio da captura, da punção do fundo público [...]. (BERING, 2017, p.10)

Mészáros (2002) apresenta o significado da atual crise do capitalismo como destrutiva e estrutural, apontando um conjunto de estratégias e ações para repor as taxas de lucro do capital, representando a destruição dos recursos naturais e de segmentos populacionais mais vulneráveis, que são expropriados de seus territórios e inseridos em condições de extrema pobreza. É uma "crise estrutural do sistema metabólico do capital" que afeta todas as esferas de produção e reprodução social e da vida em sociedade.

Mészáros (2002, p. 796), ainda, enumera quatro aspectos da crise do capital pós-1970 que denominou como “crise estrutural”: 1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (Polese, 2016)

No auge dessa crise, a extração do sobretrabalho eleva-se a patamares de crueldade absoluta, retomando as experiências do trabalho escravo, presente nas sociedades desde a era do escravismo; ao mesmo tempo que milhares de seres humanos vivem em miséria, convivendo com a fome; doenças; sem renda; sem moradia ou terra; sem água potável; etc. Como expressa Mézsaros (2002, p.801) “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados”.

Na esteira do processo de implantação e consolidação do neoliberalismo, foram realizadas mudanças para enfrentar a crise de acumulação e hegemonia do capitalismo, vividas desde a década de 1970. Essa estratégia de dominação do capital, necessitava da participação ativa do Estado, ancorado na rentabilidade financeira e no fundo público.

Ao Estado, coube promover um conjunto de mudanças para reorganizar o ordenamento jurídico e político de modo a dar conta das demandas burguesas que emergem nesse contexto e seguir com sua tarefa de garantir as condições de acumulação capitalista, as quais ganham especificidades neste momento histórico. Sendo assim, a dificuldade de retomar as taxas de crescimento para embasar a lucratividade vai levando a uma captura do fundo público cada vez mais intensa, especialmente nos países dependentes, dando uma importância crescente ao debate da dívida pública. (BRETTAS, 2017, p. 24)

O processo de mundialização do capital propiciou a concentração e centralização de riquezas e capitais, já iniciado na fase imperialista e monopolista do capitalismo moderno no século XX. Brettas (2020), reflete esse desenvolvimento do capital e sua apropriação dos Estados nacionais.

concentração, centralização e internacionalização do capital, que tem no aumento das disputas interimperialistas e no desenvolvimento desigual e combinado a expressão do movimento do capital na busca da mais-valia extraordinária. Nesta fase, o poder político-militar, aliado ao econômico, busca alargar as fronteiras da acumulação, intensificando as desigualdades e recheando de novas e contraditórias determinações o desenvolvimento capitalista. (BRETTAS, 2020, p. 37)

No Brasil, o ajuste fiscal tem se configurado como um processo de captura dos recursos públicos, sobretudo do orçamento público, que passa a ser apropriado pelo capital portador de juros. (SALVADOR, 2017). As bases deste processo se situam no ano de 1994 quando da implementação do plano real que foi ancorado em três elementos: a) política monetária baseada em altos índices de juros; b) política de câmbio sem controle para entrada de investimentos estrangeiros no país e; c) política fiscal baseada no superávit primário. Sendo assim, a política fiscal é direcionada a criação do superávit primário, conforme fora recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”, compreendendo medidas de ajuste e de limitação da intervenção do Estado como solução para o endividamento público, para os elevados índices inflacionários e para a estagnação econômica dos países de baixo desenvolvimento.

Dessa forma, a década de 1990 foi caracterizada pela "retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora" (YAZBEK, 2012, p. 303). As medidas que vão reforçar essa drenagem de recursos do fundo público[[3]](#footnote-3) para o capital financeiro, estão presentes na agenda pública, tais como “a privatização, a reforma da Previdência e as mudanças na legislação e no trato orçamentário estão entre os ajustes implementados para “modernizar” o país com o suposto objetivo de reorganizar as contas públicas” (BRETTAS, 2017, p. 24)

A implementação das políticas de austeridade fiscal está articulada aos seguintes eixos: a) adoção de uma política de ajuste fiscal permanente que possibilita a retirada  crescente de  direitos  sociais das classes trabalhadoras; b) estímulo para o capital privado, via isenções fiscais para empresas especialmente na privatização de serviços ligados à  saúde e educação c) ampliação da política de crédito - com foco no cidadão consumidor, aliado a transferência de renda  para os setores mais subalternizados da sociedade.

Ao debruçar-se sobre o PPA (2016/2019), no Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária, observou-se a presença do ajuste fiscal como estratégia de desmonte da Política de Reforma Agrária, o que pode ser demonstrado na tabela abaixo. Ao observar a tabela, verifica-se que há distâncias entre os valores de dotação final e os valores pagos; sendo o valor reduzido em mais de 50%, a cada ano.

Tabela 01 – Execução Orçamentária do Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária do PPA (2016/2019)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Dotação Final** | **Empenhado** | **Liquidado** | **Pago** |
| 2016 | 2.064.237.564,64 | 784.883.592,95 | 540.684.910,48 | 533.962.234,62 |
| 2017 | 1.352.409.202,61 | 1.021.453.961,84 | 415.207.871,95 | 410.214.049,81 |
| 2018 | 1.052.197.922,23 | 985.940.054,02 | 557.767.743,17 | 531.421.061,11 |
| 2019 | 998.210.043,00 | 945.755.925,27 | 453.552.645,38 | 237.867.831,38 |

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Inclui todos os objetivos e ações orçamentárias do Programa 2066, nos exercícios 2016 - 2019.

O estudo sobre o orçamento da Política de Reforma Agrária, reforça a tendência da manutenção da estrutura fundiária do Brasil, concentrada em poder de fazendeiros/latifundiários tradicionais das regiões; empresas privadas brasileiras e empresas transnacionais para produção de *commodities*. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos rurais de até 50 hectares totalizam 81,4% de todas as terras rurais produtivas, porém correspondem apenas a 12,8% de toda a área rural ocupada. Todavia, as propriedades com mais de 1.000 hectares tomam quase metade de toda a área rural, equivalendo a 1% dos estabelecimentos rurais. (IBGE, 2017)

Esse movimento de expansão do capital financeiro sobre todos os setores da economia, também está presente na agricultura, impulsionando conflitos e disputas entre dois modelos de agricultura, presentes no cenário brasileiro. De um lado o agronegócio ou *agribusines*, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; e do outro a agricultura camponesa com base na produção agroecológica de alimentos, sustentada pelos/as trabalhadores/as rurais assentados, sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais. O desenvolvimento do capital financeiro na agricultura se expressa a partir da modernização conservadora realizada na década de 1970, com a instalação das bases para a produção agrícola de *commodities*, em escala global, sob a égide do mercado e da acumulação em áreas de agronegócio na atualidade.

Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas, etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido às normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos.

Nessa dinâmica do capital financeiro na agricultura, há, ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista.

Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas.

Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um pequeno número de proprietários de terra articulados com as empresas.

Nas reflexões de Delgado (2012),

[...] a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente (anos 1990), incluindo crédito rural, os preços e garantia, o investimento em pesquisa, e o investimento em infraestrutura comercial — a exemplo dos serviços agropecuários, dos portos, da malha viária, etc. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem do país no comércio internacional durante o período do Real sobrevalorizado, adiou o relançamento da economia do agronegócio para o início do século XXI. (DELGADO, 2012, p. 93-94)

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando às condições macroeconômicas favoráveis a expansão do agrohidronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária.

A partir de 2008, a crise internacional afeta a economia brasileira pela enorme fuga de capital e altera a política econômica, forçando modificações do sistema cambial. A política de comércio exterior se transforma e a estratégia encontrada é gerar saldos comerciais e suprir o déficit da conta corrente. Volta-se então, para investimento em exportações de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a agricultura capitalista, sob a forma do agronegócio, é fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia brasileira.

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível, em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da super exploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Exemplo disso são as empresas estabelecidas no Brasil produtoras de cana-de-açúcar, fruticultura, soja, pecuária, arroz, etc.

Por outro lado, a política de reforma agrária não tem sido prioridade para os Governos Federais, especialmente a partir de 2016, com o golpe que afasta a Presidenta Dilma Roussef do Governo Federal. A reforma agrária é uma política de Estado, em que a Constituição determina que o governo desaproprie todas as grandes propriedades improdutivas que não cumpre função social, que tenham trabalho escravo, crimes ambientais, grilagem, contrabando e plantas psicotrópicas; e as distribuam aos trabalhadores/as rurais sem terra. Não fazer reforma agrária é descumprir a Lei, que eles dizem defender. Não fazer reforma agrária é aumentar a concentração do latifúndio, da pobreza e agudizar a desigualdade social na sociedade brasileira.

O golpe jurídico, midiático e parlamentar que provocou o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e a ascensão de um grupo de ultradireita ao poder, transformou o ajuste fiscal em algo estrutural da agenda governamental. Exemplo disso é a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF), limitando por 20 anos os gastos correntes do governo, incidindo diretamente sobre a execução das políticas sociais, especialmente educação, saúde, reforma agrária, moradia popular, entre outras. Essa conjuntura se acirra quando se elege um governo neoliberal de extrema direita, em 2019.

Assim, fica explícito que a política de Reforma Agrária sofre uma paralisação, diminuindo a número de desapropriações das áreas que não cumprem sua função social e penalizando centenas de famílias que necessitam de terra para trabalhar. A formação e estruturação de assentamentos rurais, articuladas com outras políticas sociais de fortalecimento da agricultura familiar são cruciais para vencer o quadro de pobreza no campo. E ainda, nota-se a prioridade dos sucessivos governos federais em investir na legislação que propicie a instalação de complexos agroindustriais de empresas transnacionais para produção de commodities, inclusive, em territórios indígenas e quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse processo, faz-se necessário investir em uma produção de alimentos saudáveis, que respeita o meio ambiente, as culturas e territórios dos povos originários, a sabedoria ancestral e o cuidado com a “mãe” natureza. Os movimentos sociais no campo têm investido em experiências de produção agroecológica, chamando atenção da sociedade para o modelo destrutivo do capital sobre os bens naturais. A agroecologia tem emergido como uma alternativa ao modelo conservador e convencional de agricultura, buscando conciliar o desenvolvimento agrícola com a preservação dos recursos naturais e a promoção da sustentabilidade.

Como foi visto, a agricultura capitalista e convencional, baseada no uso intensivo de insumos químicos como fertilizantes sintéticos e pesticidas; além do monocultivo e mecanização, tem causado sérios danos ambientais, como a degradação do solo, a contaminação de recursos hídricos e a perda de biodiversidade (GLIESSMAN, 2022). Sabe-se que essa abordagem agrícola tem impactos negativos significativos para o meio ambiente e a saúde humana.

Nesse contexto, a agroecologia surge como uma resposta sustentável, pautada por princípios como a diversificação de culturas, a rotação de culturas, o uso consciente de recursos naturais, a integração entre os sistemas produtivos e a valorização dos conhecimentos tradicionais (ALTIERI, 2018). Essa abordagem procura promover a saúde do solo, a biodiversidade, o bem-estar econômico dos agricultores e a segurança alimentar das comunidades rurais. A diversificação de culturas, por exemplo, favorece a proteção contra pragas e doenças, reduzindo a dependência de agrotóxicos químicos (MONTGOMERY, 2017).

Um dos aspectos fundamentais da agroecologia é sua ênfase na inclusão social e no empoderamento dos agricultores (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011). Por meio da participação ativa dos/as agricultores/as e da valorização dos saberes locais, a agroecologia fortalece a agricultura familiar e contribui para a geração de renda e emprego nas comunidades rurais. Esse aspecto é crucial para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais, especialmente em países em desenvolvimento.

A agroecologia também é uma alternativa viável do ponto de vista econômico. Embora exija um maior conhecimento técnico por parte dos/as agricultores/as, ela pode resultar em uma produção sustentável de alimentos, com redução dos custos de insumos, mais eficiência energética e maior rentabilidade no médio e longo prazo.

A transição para a agroecologia implica uma mudança de paradigma, exigindo o apoio e a cooperação de governos, organizações e sociedade civil (WEZEL et al., 2009). Além disso, a capacitação técnica, o acesso a créditos e subsídios, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas são fundamentais para a disseminação da agroecologia e sua viabilidade econômica.

 É diante desse contexto desafiador, que exige muita organização política dos movimentos sociais do campo para luta por reforma agrária camponesa e popular, que tenha a agroecologia como padrão produtivo, contribuindo para uma vida melhor para os povos da floresta, das águas e da terra.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecology: the science of sustainable agriculture. CRC Press, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2016. Brasília: MPOG, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2017. Brasília: MPOG, 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. PPA 2016 – 2019: relatório anual de avaliação - Ano-Base 2018. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Relatório Anual de Avaliação PPA 2016 – 2019: Ano-Base 2019. Brasília: Ministério da Economia, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. A Dívida e o calvário do Fundo Público. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública, interesses privados: a hegemonia rentista e o fundo público brasileiro no neoliberalismo. In: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

DELGADO, Guilherme. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. et al. Agroecology: Leading the transformation to a just and sustainable food system. CRC Press, 2022.

HOLT GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. The Journal of peasant studies, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2017.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo. 2002.

MONTGOMERY, David R. Growing a revolution: bringing our soil back to life. WW Norton & Company, 2017.

SALVADOR, Evilásio. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

POLESE, Pablo. Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro - 1o Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 40 – 60

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for sustainable development, v. 29, p. 503-515, 2009.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte; ilena.felipe@ufrn.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade Federal do Acre; kleber.oliveira@ufac.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Fundo Público o conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos, etc., para o desempenho de suas funções. (Bering 2017, p11) [↑](#footnote-ref-3)